

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA- IP
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TALITA EMANUELE DA SILVA

**ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO COMO MEDIADOR DA INCLUSÃO
ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Maceió- AL

2025

TALITA EMANUELE DA SILVA

**ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO COMO MEDIADOR DA INCLUSÃO
ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas- UFAL, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Maceió- AL

2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586a Silva, Talita Emanuele da.
Acompanhante terapêutico como mediador da inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista / Talita Emanuele da Silva. – 2025.
37 f. : il.

Orientador: Leonardo Brandão Marques.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 35-37.

1. Transtorno do espectro autista. 2. Acompanhante terapêutico. 3. Inclusão escolar. 4. Educação especial. I. Título.

CDU: 159.963.37

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC – VERSÃO AVALIADOR/A

Aluno/a: TALITA EMANUELE DA SILVA

Matrícula do/a aluno/a: 19212034

Título do TCC: ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO COMO MEDIADOR DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Avaliador (a): Leogildo Alves

Freires Titulação: Doutor

Vínculo: Universidade Federal

de Alagoas Contato / E-mail:

leogildo.freires@ip.ufal.br

Orientação: É função dos avaliadores atribuírem, ao final do parecer uma nota de zero (0) a dez (10.0), considerando os seguintes indicadores e critérios:

Indicadores	Contemplado	Contemplado em parte	Não contemplado
1- O problema está bem delimitado e existe coerência com os objetivos?	x		
2- O referencial teórico utilizado é atualizado e coerente com o problema proposto?		x	
3 – O método é bem definido e adequado ao problema e objetivos, com as fases de pesquisa claramente relatadas?	x		
4- Os resultados, discussão e conclusões apresentam coerência entre si e com o problema proposto?		x	
5 - O texto é claro, objetivo e usa	x		

linguagem correta?			
--------------------	--	--	--

Recomendações/sugestões do/a avaliador/a:

Agradeço o convite para ler e avaliar um trabalho tão importante como esse. Diante do exposto ao decorrer das páginas, fico satisfeito com o que a discente escreveu, mas sinto falta de uma literatura mais atual na introdução, bem como de um diálogo maior da implicação dos resultados nas considerações finais. Existem alguns pequenos erros de formatação nos documentos que com um olhar um pouco mais atento podem ser resolvidos.

Nota do Avaliador/a: 10

Data: 03/04/2025



Documento assinado digitalmente

LEOGILDO ALVES FREIRES

Data: 06/04/2025 14:14:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Avaliador/a

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda o papel do Acompanhante Terapêutico (AT) na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir de uma revisão sistemática da literatura, identificou-se que a formação profissional do AT ainda carece de padronização e regulamentação legal, apesar da crescente demanda por sua atuação no contexto educacional. As práticas interventivas analisadas, como a utilização de Histórias Sociais, Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e recursos digitais, demonstraram eficácia na promoção da adaptação escolar e no desenvolvimento de habilidades sociais dos alunos. Constatou-se, ainda, a importância da formação continuada dos profissionais da educação e da articulação entre ATs e equipes pedagógicas para o sucesso da inclusão escolar. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem os descritores de busca para abarcar a diversidade de terminologias associadas à função do AT.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Acompanhante Terapêutico. Inclusão Escolar. Educação Especial.

Abstract

This Final Undergraduate Project discusses the role of the Therapeutic Companion (TC) in the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). Based on a systematic literature review, it was identified that the professional training of TCs still lacks standardization and legal regulation, despite the growing demand for their role in educational settings. The intervention practices analyzed, such as the use of Social Stories, Applied Behavior Analysis (ABA), and digital resources, demonstrated effectiveness in promoting school adaptation and the development of students' social skills. Furthermore, the importance of continuous training for education professionals and collaboration between TCs and pedagogical teams was highlighted as key to successful school inclusion. It is recommended that future research broaden the search descriptors to encompass the diversity of terminologies associated with the role of the TC.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Therapeutic Companion. School Inclusion. Special Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
1.1 Definições de Autismo	13
1.2 Do Manicômio à Inclusão Escolar	16
2 METODOLOGIA	20
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio significativo para o sistema educacional e para a sociedade como um todo. Essa afirmação se sustenta nas dificuldades encontradas em definir o papel do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE), dentro da Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Bezerra, 2020).

A educação inclusiva, fundamentada na Declaração de Salamanca de 1994, busca assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades individuais. No contexto do Transtorno do Espectro autista, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2011, assegura ao estudante diagnosticado com TEA o direito de um acompanhante especializado em sala uma vez que demonstre dificuldades acentuadas de convívio social e manejo comportamental.

Esse acompanhante especializado trata-se de um profissional da Educação Especial e Inclusiva que irá atuar como mediador, tutor ou professor auxiliar levando em conta sempre as necessidades da criança, o que difere de um acompanhante terapêutico, este, um profissional da saúde que trabalha sob um viés clínico. Neste contexto, o papel do Acompanhante Terapêutico (AT) emerge como adjunto para a implementação efetiva da inclusão escolar e para a generalização de ensinamentos da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no tratamento do Transtorno do Espectro Autista. (UNESCO, 1994).

O Acompanhamento Terapêutico (AT) teve sua origem na década de 1950, na Europa e nos Estados Unidos, como uma resposta ao movimento antipsiquiátrico e à psicoterapia institucional. Na América Latina, especificamente em Buenos Aires, Argentina, o AT começou a ganhar destaque no final dos anos 60, com psicanalistas vinculados a hospitais psiquiátricos. O AT destaca-se por ir além do ambiente restrito do consultório, buscando interagir diretamente no ambiente do paciente, no qual são aplicadas as técnicas de reforço necessárias para o desenvolvimento de novas habilidades (Guedes, 1993).

Assim, o objetivo a que me proponho é retomar, confrontar e analisar o papel do Acompanhante Terapêutico na promoção da inclusão escolar efetiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista no contexto brasileiro. Através de uma revisão bibliográfica e análise documental, buscou consolidar, analisar e discutir as contribuições teóricas e práticas disponíveis sobre o tema, seguindo as orientações de autores como Gil (2010) e utilizando bases de dados reconhecidas como SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BvS).

Os seguintes pontos são compreendidos como justificativa para o presente trabalho: Falta de normatização sobre a prática desse profissional, o AT;

Uma das bases teórico-práticas que mais se dedicam à pesquisar e formar profissionais com esse perfil é a ABA;

Há um aumento considerável na demanda por supervisores ABA na escolas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A definição do AT como um campo de atuação específico enfrenta desafios devido à falta de consenso entre as teorias e conceitos. Desde a década de 1980, pesquisadores de diversas abordagens teóricas têm se interessado pelo AT, apesar de haver registros de estudos desde a década de 1960. A diversidade de práticas dificulta a identificação de elementos comuns entre as diferentes formas de atuação, tornando a construção de um conceito unificado mais complexa. A conceituação do AT tem se baseado em fatores como a formação profissional, o papel na equipe multiprofissional, o referencial teórico adotado e o trabalho realizado (Zamignani, Kovac & Vermes, 2007).

Em 1970, Kanfer e Philipps discutiram a importância do planejamento ambiental para a modificação de comportamentos, enfatizando a atuação em ambientes naturais. Eles argumentaram que, uma vez que o comportamento ocorre na interação entre o organismo e o ambiente, planejar esse ambiente pode facilitar mudanças comportamentais. Além disso, propuseram o treinamento de pessoas não especializadas em Psicologia, mas que estivessem próximas ao paciente quando comportamentos problemáticos

ocorressem. Ressaltaram também que a manutenção de comportamentos desejáveis e sua generalização eram reforçadas quando a intervenção ocorria em ambientes como a casa, a escola e outras instituições frequentadas pelo paciente. Essas ideias são semelhantes às práticas atuais do AT, que se mostra uma abordagem relativamente nova e em constante pesquisa, abrangendo diversas áreas da saúde (Costa Marco & Calais, 2012).

Nogueira (2009), trás o acompanhante Terapêutico em definições para atualidade como um fazer que permite ao cliente a possibilidade de novas referências para além do ambiente clínico e da equipe multidisciplinar, atuando em diversos contextos e ambientes trazendo o envolvimento de diferentes indivíduos. Ademais, segundo o autor, a prática do AT está diretamente ligada à “identificação” e “manejo de laços com o ‘Outro’” (conceito Lacaniano para se referir aos efeitos da incidência da linguagem sobre indivíduos) (Nogueira, 2009).

A prática do Acompanhamento Terapêutico (AT) envolve intervenções no ambiente natural do cliente, caracterizando-se por particularidades que demandam um repertório clínico sofisticado e uma análise minuciosa das variáveis presentes nesse contexto (Zamignani, Kovac & Vermes, 2007). Essa prática ocorre no Brasil desde a década de 1980 e tem beneficiado clientes com atrasos no desenvolvimento ou dificuldades em emitir comportamentos sociais. Em geral, para um prognóstico favorável, esses clientes necessitam de múltiplos atendimentos semanais, realizados por diferentes especialistas (como psiquiatras, psicólogos terapeutas ocupacionais e/ou fonoaudiólogos) em paralelo ao serviço de Acompanhamento Terapêutico (Zamignani, Kovac & Vermes, 2007). Essa atenção especializada, interdisciplinar e personalizada cria as condições propícias para o desenvolvimento de práticas baseadas em evidência no contexto da educação especial (Cook & Odom, 2013).

Portanto, o Acompanhamento Terapêutico tem sido utilizado para atender diversos casos e em variadas situações, que se percebe a necessidade de um trabalho mais contínuo, como exemplo, em dificuldades no desempenho escolar, drogadição e em situações psiquiátricas graves.

2.1 DEFINIÇÕES DE AUTISMO

Ao examinar a origem etimológica do termo, observa-se que ele é formado pela combinação de duas palavras: "autos" e "ismo", cujo significado remete à ideia de "voltar-se para si mesmo". Em outras palavras, indivíduos diagnosticados com esse transtorno enfrentam dificuldades em perceber o outro como parte integrante de sua realidade social, vivendo, portanto, em um "universo" distinto, configurado conforme suas próprias percepções (Barros et al., 2013).

Dois anos antes da criação do termo "autismo" por Eugen Bleuler, um outro pesquisador já havia introduzido elementos relacionados ao conceito no campo da psiquiatria. No entanto, foi apenas com o uso mais aprofundado do termo por Bleuler que ele ganhou notoriedade, sendo empregado para descrever certas condições neurológicas identificadas em seus pacientes. Bleuler constatou que a comunicação era severamente comprometida em indivíduos com esquizofrenia, associando essa deficiência comunicativa ao autismo. Por décadas, o autismo foi compreendido como um sintoma associado a essa psicopatia (Freitas et al., 2014).

Além disso, Bleuler destacou em suas pesquisas que uma característica marcante do autismo é a "fuga da realidade". Segundo ele, pessoas com autismo tendem a se isolar do convívio social, criando um mundo próprio, regido por normas e singularidades específicas, o que lhes confere uma capacidade imaginativa incomensurável (Freitas et al., 2014).

Outro renomado pesquisador que se dedicou ao estudo dos sinais e comportamentos associados ao autismo foi Leo Kanner. Este cientista empregou o termo para descrever indivíduos com dificuldade em estabelecer comunicação eficaz, o que compromete tanto a construção quanto a manutenção de vínculos sociais, afetivos e emocionais.

De acordo com Kanner, pessoas autistas apresentam limitações no uso da linguagem como meio funcional de comunicação, sendo a fala frequentemente caracterizada por repetições automáticas das últimas palavras ou frases escutadas, fenômeno denominado ecolalia. Além disso, ele observou que, além da ausência de interação comunicativa, essas pessoas também enfrentam desafios na execução de tarefas que requerem habilidades motoras. Esse aspecto foi ressaltado por Kanner, conforme citado por Klin (2006, p. 4):

Kanner identificou reações atípicas ao ambiente, incluindo movimentos motores repetitivos e estereotipados, resistência a mudanças ou forte preferência pela uniformidade. Além disso, destacou peculiaridades nas habilidades comunicativas das crianças, como a inversão pronominal e a repetição automática de palavras ou frases previamente ouvidas, conhecida como ecolalia. Ao descrever essas características, Kanner foi meticuloso em situá-las dentro de um contexto de desenvolvimento infantil. Ele deu ênfase à predominância das dificuldades nas interações sociais e aos comportamentos não convencionais como elementos essenciais para a definição da condição.

Kanner, em suas pesquisas, evidenciou outros elementos associados ao autismo, afirmando que esses aspectos possuem uma dimensão afetiva. Segundo ele, a maneira como as crianças são tratadas pelos pais influencia diretamente suas relações interpessoais. A partir dessa perspectiva, surgiu o conceito de "mãe-geladeira", utilizado para descrever a ausência de vínculo afetivo entre mães e filhos, especialmente em crianças consideradas "diferentes" devido a características associadas ao transtorno. Observou-se que, ao serem tratadas com frieza ou indiferença, essas crianças não desenvolvem plenamente a compreensão da importância das relações afetivas, dificultando o aprendizado de interações sociais (Munayer, 2018).

Conforme Papim e Sanches (2013), Kanner identificou diversas características para diagnosticar o autismo, incluindo a ausência de sentimento de pertencimento ao grupo social, falta de contato visual, uso inadequado de pronomes (referindo-se a si mesmas na terceira pessoa), desconsideração de perguntas, criação e manutenção de rotinas próprias, ingestão de objetos não comestíveis e sensibilidade exacerbada.

Os estudos de Bruno Bettelheim corroboraram os achados de Kanner, reforçando a hipótese de que a forma como os pais lidam com seus filhos influencia seu comportamento, pensamento e ações, reiterando o conceito de "mãe-geladeira". Hans Asperger, outro pesquisador dedicado ao entendimento do autismo, também validou as observações de Kanner, destacando aspectos relevantes do transtorno.

Asperger observou que indivíduos autistas apresentam dificuldades significativas na interação social e são incapazes de estabelecer uma comunicação coerente e lógica. A partir de suas investigações, ele definiu a Síndrome de Asperger, que inicialmente foi considerada uma condição distinta

do autismo, mas atualmente é reconhecida como parte integrante do espectro autista (Costa e Marrocos, 2011; Tamanha et al., 2008).

De acordo com Martins et al. (2010, p. 51), existem diversos sinais e sintomas que auxiliam na confirmação do diagnóstico da Síndrome de Asperger, sendo estes fundamentais para sua identificação:

A criança apresenta dificuldade em estabelecer contato visual consistente com os pais, não reage ao ser chamada pelo nome e demonstra desinteresse pelas pessoas ao seu redor. Além disso, apresenta atraso no desenvolvimento da linguagem e dificuldade em interpretar gestos como o ato de apontar. Atividades simbólicas, como brincar de faz de conta, estão ausentes, e a criança pode passar longos períodos organizando objetos em fila. Movimentos atípicos também são observados, como andar constantemente na ponta dos pés ou girar repetidamente as mãos. Há reações incomuns de inquietação em relação às pessoas, podendo ignorá-las ou reagir com gargalhadas inesperadas. A comunicação verbal pode ser limitada ou excessiva, mas frequentemente marcada por ecolalia, ou seja, a repetição de palavras ou frases ouvidas de pais, televisão, filmes ou rádio. Ademais, a compreensão das mensagens transmitidas é frequentemente comprometida.

Cerca de uma década após as contribuições de Asperger, foi publicada a versão inicial do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), cujo principal objetivo era delinear um perfil analítico do autismo, esclarecendo conceitos fundamentais e apresentando critérios diagnósticos com base em aspectos clínicos. Embora essa primeira edição não tenha abrangido todas as nuances do transtorno, ela despertou maior interesse e incentivou novas investigações na área (Araujo e Neto, 2014).

Desde então, foram lançadas mais quatro versões do manual (Araujo e Neto, 2014). A segunda edição, publicada em 1968, trouxe mudanças terminológicas sutis, mas manteve as concepções originais. Já a terceira edição, de 1980, introduziu inovações metodológicas e novos critérios diagnósticos, impulsionando pesquisas sobre o tema. Essa edição também incorporou ferramentas para a coleta de dados estatísticos e passou a classificar o autismo como um Transtorno do Desenvolvimento, incluindo a Síndrome de Rett. Além disso, ocorreram mudanças nas terminologias relacionadas a estatísticas e dados epidemiológicos (Alvarenga et al., 2009).

No Brasil, os estudos sobre autismo tiveram início na década de 1960, mas o crescimento expressivo das pesquisas ocorreu a partir de 1980. Apesar

desse avanço, foi somente na década de 1990 que o autismo passou a integrar a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em 1994, foi lançada a quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que, embora mantivesse descrições semelhantes às versões anteriores, introduziu avanços significativos, especialmente na inclusão de características adicionais e transtornos correlacionados. Além disso, contemplou o perfil socioeconômico e parâmetros para o diagnóstico diferencial (Alvarenga et al., 2009).

Posteriormente, em dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), também conhecida como Lei Berenice Piana, em homenagem a sua coautora, fundadora da primeira clínica-escola para autistas no Brasil, localizada no Rio de Janeiro (Brasil, 2012).

Essa legislação representou um marco ao reconhecer os direitos sociais das pessoas com TEA, garantindo-lhes acesso a serviços de saúde, educação e participação na sociedade. Com a inclusão do TEA na categoria de deficiência, os indivíduos autistas passaram a usufruir dos mesmos direitos assegurados às demais pessoas com deficiência. A promulgação da lei impulsionou demandas por políticas públicas específicas, visando à promoção da inclusão social das pessoas com TEA.

2.2 DO MANICÔMIO À INCLUSÃO ESCOLAR

A Declaração de Salamanca, estabelecida em 1994, representa um marco internacional no avanço dos direitos educacionais para crianças com necessidades especiais, promovendo a educação inclusiva como um direito humano fundamental. Este documento, endossado por diversos países, inclusive o Brasil, reconhece a necessidade de reformular os sistemas educacionais para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Historicamente, o tratamento de indivíduos com transtornos mentais no Brasil estava vinculado à lógica do confinamento em instituições asilares, caracterizando-se por práticas excludentes e desumanizantes. A luta

antimanicomial, que ganhou força nas últimas décadas do século XX, propôs uma radical transformação desse cenário, defendendo a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial dos indivíduos. Nesse contexto, emerge a figura do Acompanhante Terapêutico (AT) como um agente fundamental no processo de inclusão social e educacional de indivíduos com transtornos mentais, incluindo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Declaração de Salamanca, 1994).

O papel do Acompanhante Terapêutico evoluiu significativamente, integrando-se às práticas educacionais inclusivas. O AT atua diretamente no ambiente escolar, apoiando não apenas a criança com TEA, mas também professores e auxiliares, facilitando a inclusão efetiva e promovendo um ambiente de aprendizagem adaptativo e acolhedor para todos. Essa abordagem reflete um entendimento mais amplo da educação como um direito de todos, priorizando a adaptação do sistema educacional às necessidades de cada aluno (Brasil, 1998).

A transição da luta antimanicomial para a implementação de práticas educacionais inclusivas, com a participação ativa de Acompanhantes Terapêuticos, ilustra uma mudança paradigmática na abordagem das necessidades educacionais de crianças com TEA. A Declaração de Salamanca e as políticas subsequentes de educação especial no Brasil fornecem um arcabouço normativo e filosófico que sustenta essa transformação, reconhecendo a diversidade como um valor intrínseco ao processo educativo.

O trabalho de Acompanhante Terapêutico emerge de uma história complexa e multifacetada, entrelaçada com a evolução das práticas de saúde mental. É difícil compor uma história linear do AT devido à escassez de literatura específica sobre suas raízes e à natureza entrecortada de sua trajetória. Historicamente Ayub (1996) remonta à ideia do "bode expiatório" na antiguidade, como uma figura destinada a carregar os pecados da comunidade para afastamento e purificação. Este conceito é usado para descrever o papel social dos indivíduos considerados "opositores" pela sociedade, aqueles que revelam aspectos ocultos ou rejeitados do coletivo. A narrativa avança até a Idade da Fé e a Idade da Razão, onde a loucura e a figura da feiticeira são empregadas para reforçar a existência de Deus ou para provar a insensatez humana, respectivamente. O movimento da Antipsiquiatria, nas décadas de

1950 e 1960, é citado como um ponto de virada na percepção e no tratamento da doença mental. Ayub aponta para a tentativa de reintegração dos doentes mentais à sociedade, promovida por figuras como Franco Basaglia na Itália e Ronald Laing na Inglaterra. Este movimento valorizava a experiência da "loucura" como um aspecto do ambiente sócio-familiar do indivíduo (Ayub, 1996).

A emergência do Acompanhamento Terapêutico é vista como uma resposta direta a essas mudanças paradigmáticas. Inicialmente praticado nas Comunidades Terapêuticas europeias e na Clínica Vila Pinheiros, no Rio de Janeiro, o AT envolvia agentes terapêuticos - inicialmente estudantes da área da saúde - que atuavam como intermediários entre a equipe clínica e o paciente, prestando assistência contínua. No conceito de Terapia Familiar o AT passou a ser integrado nesse contexto, com o auxiliar psiquiátrico atuando diretamente no lar do paciente, representando as regras institucionais em um ambiente doméstico.

A história do Acompanhante Terapêutico reflete uma jornada de reconhecimento e adaptação às necessidades emergentes na saúde mental e na inclusão social. Inicialmente concebido como um "amigo qualificado" para auxiliar no tratamento de pacientes em contextos institucionais e domésticos, o AT evoluiu para um papel crucial na promoção da autonomia e na integração social de indivíduos com desafios psicológicos e desenvolvimentais (Ayub, 1996). Marco e Calais (2013) apontam que o Acompanhamento Terapêutico emerge como uma prática clínica ligada aos movimentos político-ideológicos da Antipsiquiatria, caracterizando-se por sua origem e desenvolvimento em meio à contestação das práticas tradicionais de tratamento psiquiátrico. A denominação e prática do AT têm raízes nas propostas psicanalíticas e na psicoterapia institucional, começando a se formar na década de 1950 na Europa e nos Estados Unidos, e ganhando força em Buenos Aires, Argentina, no final dos anos 1960. A prática do AT, desde o seu início, transcendeu o espaço do consultório psicanalítico, expandindo-se para intervenções diretas no ambiente do indivíduo, promovendo a aprendizagem de novas habilidades e arranjando contingências de reforço. Sob a análise do comportamento, o AT é visto como uma prática integrada à Psicologia, configurando-se de maneira distinta conforme a abordagem teórica e o país de prática.

O AT na Análise do Comportamento sofreu influência de dois movimentos distintos: o da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, e o das primeiras tentativas de práticas clínicas derivadas da Análise Experimental do Comportamento. As influências da luta antimanicomial colocam o AT na função de impedir ou prevenir que clientes crônicos ou com diagnósticos psiquiátricos sejam internados e excluídos da comunidade, enquanto as influências das práticas clínicas derivadas da Análise Experimental do Comportamento posicionam o AT como uma intervenção coerente com os pressupostos teóricos de manejo direto de contingências. (Marco & Calais, pg. 15, 2013)

Atualmente, o AT desempenha um papel crucial na manutenção de vínculos sociais e na participação ativa na qualidade de vida do indivíduo, atuando além das limitações impostas por problemas de saúde. Esta modalidade de atuação se alinha com as propostas da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, enfatizando a prevenção de internações e a exclusão da comunidade, além de se coadunar com a prática clínica da Análise Experimental do Comportamento, focando no manejo direto de contingências.

A prática do Acompanhamento Terapêutico, particularmente na perspectiva da Análise do Comportamento, representa uma abordagem terapêutica significativa que transcende o setting tradicional da clínica, promovendo a reinserção social e o desenvolvimento de repertórios alternativos de comportamento. Esta prática, embora variável em sua aplicação, fundamenta-se na análise e manipulação de contingências, exemplificando a adaptabilidade e relevância do AT no campo da saúde mental contemporânea (Marco e Calais, 2013).

Portanto, a transição do modelo asilar para a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, como o TEA, evidencia uma evolução significativa nas práticas educacionais e de saúde mental. No entanto, essa transformação apresenta desafios complexos. A implementação efetiva da educação inclusiva requer uma reestruturação profunda dos sistemas educacionais, que muitas vezes enfrentam resistências institucionais e falta de recursos. Além disso, a integração do Acompanhante Terapêutico (AT) no ambiente escolar, embora fundamental, levanta questões sobre a formação adequada desses profissionais, a delimitação de suas funções e a colaboração efetiva com o corpo docente.

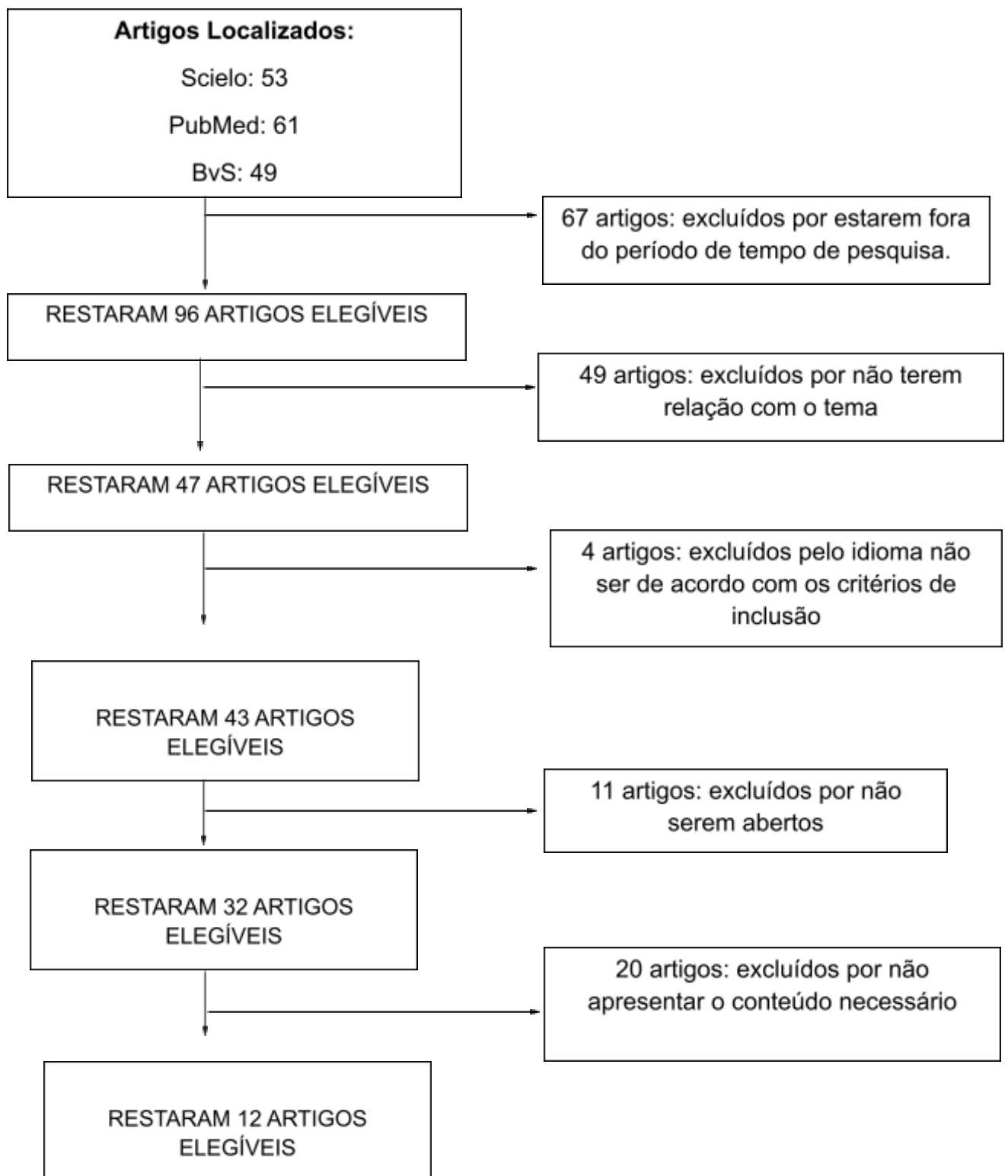
Ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que a inclusão escolar seja uma realidade plena e eficaz para todas as crianças com TEA, respeitando suas necessidades individuais e promovendo um ambiente de aprendizagem adaptativo e acolhedor. A evolução do papel do Acompanhante Terapêutico na inclusão escolar de crianças com TEA reflete uma mudança paradigmática significativa na abordagem das necessidades educacionais e de saúde mental. A Declaração de Salamanca e a luta antimanicomial no Brasil são marcos que enfatizam a importância da educação inclusiva e da desinstitucionalização. O AT surge como um elemento crucial nesse processo, atuando como facilitador da inclusão efetiva e da adaptação do sistema educacional às necessidades de cada aluno. Apesar dos desafios enfrentados, a integração do AT no ambiente escolar representa um passo importante na promoção de uma educação mais inclusiva e na garantia de direitos para crianças com TEA.

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou a metodologia de revisão sistemática para retomar, confrontar e analisar o papel do Acompanhante Terapêutico na promoção da inclusão escolar efetiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Para a seleção dos artigos, foram utilizados os seguintes termos descritores: “transtorno do espectro autista”; “educação inclusiva”; “acompanhamento terapêutico”. Os termos foram pesquisados utilizando-se o operador booleano AND. A busca foi realizada em três bases de dados principais: SciElo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BvS).

Na base de dados, aplicou-se um recorte temporal de 10 anos, abrangendo publicações entre 2014 e 2024, o que resultou em 163 artigos inicialmente identificados. No entanto, para garantir a relevância e a qualidade dos estudos incluídos na revisão, foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: trabalhos de língua inglesa; trabalhos pagos; trabalhos que se desviassem do objetivo de pesquisa do presente artigo.

Após o processo de filtragem dos artigos, doze foram selecionados para serem utilizados no tópico de resultados e discussão, conforme descreve o fluxograma abaixo:



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 abaixo resume sinteticamente os principais achados e informações dos artigos revisados:

Tabela 1: Resultados

Autores e Ano	Título	Objetivos	Metodologia	Resultados
Benitez, P., Paulino, V. C., Oliveira Jr., A. P., Domeniconi, C., & Omote, S. (2021)	Atitudes sociais de agentes educacionais em relação à inclusão e à formação em análise do comportamento aplicada.	O objetivo foi avaliar as atitudes sociais de agentes educacionais antes e após um programa de formação em Educação Especial e Inclusiva fundamentado na Análise do Comportamento Aplicada.	Participaram 52 agentes educacionais, e o programa consistiu de encontros de discussões teóricas, atividades práticas e leitura dirigida sobre Educação Especial e Inclusiva. As atitudes sociais foram mensuradas usando a Escala Likert de Atitudes Sociais.	O teste de Wilcoxon apontou uma diferença estatisticamente significativa nas atitudes dos agentes educacionais após a formação, com atitudes mais favoráveis à inclusão escolar.

Cabral, C. S., & Marin, A. H. (2017)	Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura	Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a inclusão escolar de crianças com TEA, analisando períodos de publicação, temas investigados e metodologias.	Revisão sistemática de 25 estudos nacionais (1998-2014) e 92 internacionais (1993-2013)	A maioria dos estudos revisados é empírica e qualitativa. A revisão permitiu resgatar experiências sobre a inclusão escolar de crianças com TEA e apresentar um panorama dos principais temas investigados.
Caneda, C. R. G., & Chaves, T. M. L. (2015)	A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular	Conhecer a percepção do professor e do tutor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo, analisando os discursos pedagógicos e suas	Entrevistas semiestruturadas com uma professora e uma tutora de escola de Ensino Fundamental; Análise de Discurso de linha francesa sob a ótica da psicanálise	As percepções das entrevistadas evidenciam angústia em relação à inclusão escolar de crianças com autismo, revelando resistências e

		intencionalidades.		tendências à repetição dos discursos pedagógicos.
Nascimento, V. G., Silva, A. S. P., & Dazzani, M. V. M. (2015)	Acompanhamento terapêutico escolar e autismo: Caminhos para a emergência do sujeito.	O artigo teve como objetivo relatar a experiência de acompanhamento terapêutico escolar com uma criança autista.	Os dados foram registrados em um diário de campo e analisados a partir de uma abordagem psicanalítica.	O estudo observou avanços significativos na fala, no reconhecimento de si, do corpo e no brincar simbólico. A prática mostrou-se importante para a inclusão e o desenvolvimento de crianças autistas.
Nunes, D. R. P., Azevedo, M. Q. O., & Schmidt, C. (2014)	Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura	Identificar o que as produções científicas nacionais, publicadas entre 2008 e 2013, revelam sobre a	Revisão da literatura de estudos publicados entre 2008 e 2013	A presença de estudantes com TEA em escolas regulares aumentou com a popularização da inclusão.

		inclusão de pessoas com TEA no Brasil.		No entanto, a falta de conhecimento sobre a síndrome e a escassez de estratégias pedagógicas específicas podem comprometer a aprendizagem dessa população.
Mayer, P. C. M., et al. (2019)	Professor auxiliar e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista	Caracterizar os profissionais que atuam como professores auxiliares e compreender a percepção destes sobre suas atividades.	Entrevistas com 12 acompanhantes especializados; análise pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo	A maioria das entrevistadas eram mulheres, poucas tinham pós-graduação em educação especial, e muitas estavam na primeira experiência. Observou-se conhecimento limitado sobre autismo,

				pouca articulação com o professor regente e necessidade de capacitação prática. O papel do professor auxiliar ainda carece de normativas específicas.
Silva, M. C., Arantes, A., & Elias, N. C. (2020)	Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo.	O objetivo do estudo foi verificar os efeitos da apresentação de histórias sociais na aprendizagem de comportamentos adequados e na redução de comportamentos inadequados.	O estudo foi realizado com dois meninos de 6 e 9 anos com diagnóstico de TEA, que apresentavam comportamentos inadequados diante de demandas sociais em ambiente escolar. As histórias sociais foram	Os resultados mostraram aumento nos comportamentos adequados e diminuição nos inadequados para os dois participantes. Além disso, observou-se a diminuição de outros comportamentos inadequados

			inseridas para mostrar as contingências de comportamento.	como efeito do engajamento em repertórios adequados.
Silva Carvalho, B. S., & do Nascimento, L. F. (2015)	O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina-PI	O estudo teve como objetivo identificar a realidade das escolas particulares de Teresina-PI e a inclusão de crianças autistas.	Foi realizada uma entrevista semi-estrutura da com 20 Acompanhantes Terapêuticos (AT).	Constatou-se que a inclusão de crianças autistas em escolas regulares facilita o desenvolvimento de habilidades diversas e promove o aprendizado com as diferenças. A colaboração dos pais é fundamental para o sucesso do processo de inclusão.

Tristão, K. G., & Avellar, L. Z. (2014)	Acompanhantes terapêuticos na Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil: quem são e o que fazem?	Conhecer o perfil dos acompanhantes terapêuticos da Grande Vitória/ES e as características da prática do Acompanhamento Terapêutico.	Dez entrevistas parcialmente estruturadas com profissionais da rede pública e privada; Análise Temática	Os acompanhantes terapêuticos são majoritariamente estudantes de psicologia do sexo feminino, de abordagens teóricas variadas e sem formação específica na área. A prática é caracterizada por pouca inserção em equipes, atuação em dupla, flexibilidade de tempo, intervenções na rua e uso do afeto.
---	---	--	---	---

Fonte: Autoria própria (2025)

A revisão sistemática da literatura mostrou diversos aspectos dignos de nota sobre o papel dos Acompanhantes Terapêuticos (ATs) na promoção da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Uma descoberta significativa em múltiplos estudos é o perfil predominante desses profissionais. De acordo com Tristão e Avellar (2014) e Mayer et al. (2019), os ATs são principalmente estudantes de psicologia do sexo feminino, frequentemente sem formação específica em educação especial. Essa característica demográfica, combinada com limitada preparação teórico-prática, sugere a necessidade de programas mais estruturados de desenvolvimento profissional nesta área.

O impacto dos ATs no desenvolvimento dos alunos é notadamente positivo, como evidenciado por diversos estudos. Nascimento, Silva e Dazzani (2015) documentaram avanços significativos no desenvolvimento da fala, reconhecimento de si, consciência corporal e brincadeira simbólica entre crianças autistas que receberam acompanhamento terapêutico. Esses achados alinham-se com a pesquisa de Silva Carvalho e Nascimento (2015), que enfatizou como o acompanhamento terapêutico facilita o desenvolvimento de habilidades diversas e promove a aprendizagem através da diversidade. Essas evidências sustentam o papel essencial dos ATs no processo de inclusão educacional.

Entretanto, a implementação do acompanhamento terapêutico enfrenta diversos desafios. Mayer et al. (2019) identificaram conhecimento limitado sobre autismo entre os ATs, pouca articulação com professores regulares e ausência de marcos regulatórios específicos para sua função. Esses achados são corroborados por Nunes, Azevedo e Schmidt (2014), que destacaram como o conhecimento insuficiente sobre TEA e a escassez de estratégias pedagógicas específicas podem comprometer os resultados de aprendizagem dos alunos. Isso sugere uma necessidade crítica de estabelecer diretrizes profissionais mais claras e programas de treinamento aprimorados.

A eficácia de estratégias interventivas específicas também foi documentada na literatura. Silva, Arantes e Elias (2020) demonstraram o impacto positivo das histórias sociais no ambiente escolar, mostrando um aumento nos

comportamentos adequados e diminuição nos inadequados entre estudantes com TEA. Essa evidência sugere que ATs equipados com ferramentas metodológicas específicas podem contribuir significativamente para a adaptação comportamental e integração social no ambiente escolar.

Os aspectos emocionais dos processos de inclusão merecem atenção particular. Caneda e Chaves (2015) revelaram ansiedade significativa entre os profissionais de educação em relação à inclusão de crianças com autismo, indicando resistências e tendência à repetição de discursos pedagógicos tradicionais. Essa dimensão emocional do processo de inclusão destaca a importância de fornecer suporte psicológico não apenas aos alunos, mas também à equipe educacional, incluindo os ATs.

Por fim, a evolução das práticas de educação inclusiva mostra desenvolvimentos promissores, mas requer atenção contínua. Benitez et al. (2021) demonstraram que programas específicos de formação podem melhorar significativamente as atitudes dos agentes educacionais em relação à inclusão, enquanto Cabral e Marin (2017) enfatizaram a importância da pesquisa contínua para compreender e melhorar as práticas de inclusão. Esses achados sugerem que o papel dos ATs deve ser visto dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento profissional contínuo e suporte institucional para aumentar a efetividade

A qualificação profissional dos Acompanhantes Terapêuticos (ATs), segundo estudos recentes, aponta para um grupo com formação de nível superior e variações no tempo de experiência em educação especial (Mayer et al., 2019). Esses resultados são consistentes com as conclusões de Tristão e Avellar (2014), que indicam que a presença dos ATs nos serviços públicos frequentemente se restringe a estagiários, enquanto nos serviços privados, a atuação como AT é geralmente uma atividade secundária realizada por poucos profissionais com ensino superior.

A revisão sistemática conduzida por Cabral e Marin (2017) revela que muitos ATs carecem de conhecimento sobre as características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e possuem limitações em estratégias pedagógicas, o

que impacta negativamente no aprendizado dessas crianças. Esses aspectos também foram observados no estudo de Nunes, Azevedo e Schmidt (2014). Além disso, os desafios conceituais sobre o TEA levantados por Cabral e Marin (2017) e Nunes, Azevedo e Schmidt (2014) foram corroborados pelo discurso dos ATs participantes da pesquisa de Caneda e Chaves (2015).

Ainda segundo Mayer et al. (2019), grande parte das profissionais entrevistadas demonstrou dificuldade em definir o conceito de autismo e relatou possuir pouca experiência com crianças de desenvolvimento atípico.

Segundo Cabral e Marin (2017), a insuficiência de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) poderia ser mais efetivamente abordada durante a graduação, uma vez que pesquisas nacionais evidenciam essa lacuna, atribuída à limitação das grades curriculares nos cursos de licenciatura e psicologia. Contudo, no estudo de Caneda e Chaves (2015), uma Acompanhante Terapêutica (AT) relatou ter recebido uma sólida base para o trabalho com atendimento educacional especializado por meio de uma disciplina universitária, embora ressalte a importância de ampliar a oferta de cursos e palestras acessíveis para complementar sua formação profissional.

Quando a preparação não ocorre durante a trajetória acadêmica, indivíduos que assumem o papel de acompanhar pessoas com necessidades específicas precisam buscar capacitações externas, como cursos, treinamentos e palestras, a fim de desenvolver e aplicar estratégias pedagógicas adequadas ao atendimento de crianças com desenvolvimento atípico (Caneda e Chaves, 2015; Mayer et al., 2019).

A prática do acompanhamento terapêutico, conforme descrito nos artigos analisados, envolve a colaboração direta com a professora regente e a equipe escolar, composta por diretora, auxiliares e outros profissionais. Juntas, essas partes desenvolvem estratégias para garantir que o aluno siga normas e acordos sociais no ambiente escolar (Nascimento, Silva e Dazzani, 2015).

Conforme relato da Acompanhante Terapêutica (AT) entrevistada por Caneda e Chaves (2015), as atividades desenvolvidas para a criança com necessidades especiais frequentemente consistem em adaptações das tarefas direcionadas aos alunos com desenvolvimento típico pela professora regente. Essa colaboração entre os profissionais promove ganhos significativos no processo de inclusão, respeitando tanto as particularidades quanto as

necessidades individuais da criança (Nascimento, Silva e Dazzani, 2015). Contudo, a pesquisa de Mayer et al. (2019) revela que algumas ATs mencionaram uma limitada coordenação com a professora regente, o que pode gerar conflitos e até a desvalorização do papel desempenhado pela AT.

Carvalho e Nascimento (2015) investigaram as contribuições escolares para a inclusão de crianças com TEA, identificando que um número expressivo de ATs reconhece que as atividades propostas pela instituição favorecem o desenvolvimento das necessidades específicas dessas crianças. As profissionais destacaram, em sua maioria, a relevância do trabalho educativo na socialização, considerando que o ambiente escolar proporciona oportunidades para o aprimoramento de habilidades cognitivas, motoras e sociais (Carvalho e Nascimento, 2015).

Entretanto, uma pequena parcela relatou a ausência de contribuição efetiva da escola para a inclusão, por meio das atividades sugeridas (Carvalho e Nascimento, 2015). Isso contrasta com o depoimento da professora consultada por Caneda e Chaves (2015), que enfatizou dificuldades na realização de dinâmicas inclusivas e apontou como insuficiente o tempo disponível para elaborar materiais diferenciados que apoiem o processo de ensino-aprendizagem.

Silva, Arantes e Elias (2020) propuseram o uso de histórias sociais (HS) como uma ferramenta para apoiar a compreensão de como crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pensam e sentem, buscando soluções alternativas para questões comportamentais. As HS apresentam informações detalhadas sobre situações específicas, explicando o significado de determinadas práticas sociais, o que facilita a interpretação e o entendimento de contextos mais complexos. O objetivo é direcionar a atenção das crianças para estímulos visuais, promovendo uma melhor adaptação social.

Benitez et al. (2021) conduziram uma pesquisa quantitativa que destacou a importância das atitudes sociais de profissionais da educação, por meio de um programa de treinamento voltado para a análise e compreensão dos comportamentos dos alunos. Além disso, outros estudos investigaram a aplicação de conceitos matemáticos, como aritmética e geometria, com o intuito de desenvolver o raciocínio geométrico em estudantes com TEA.

Santos et al. (2020) utilizaram plataformas digitais para implementar essas atividades, enquanto Souza e Silva (2019) analisaram os benefícios dessas ferramentas na socialização e no aprendizado da matemática. Fleira, Ahmad e Fernandes (2019) também investigaram a aplicação de práticas matemáticas para alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares.

Em uma etapa subsequente, esses mesmos autores examinaram a percepção dos professores sobre a inclusão e como as práticas pedagógicas em aulas de matemática são implementadas. Assim, é evidente que uma proporção significativa dos estudos revisados (quatro de nove) se concentrou em práticas pedagógicas na área de matemática, evidenciando a necessidade de metodologias e estratégias específicas que atendam às demandas dos alunos com TEA. Tais pesquisas oferecem exemplos práticos que podem ser replicados por outros educadores, reforçando a importância de uma abordagem inclusiva e adaptada.

Souza e Silva (2019) observaram que os alunos apresentavam dificuldades em certos conceitos matemáticos, porém, o uso do diálogo, a troca de experiências e a mediação entre os estudantes e a professora-pesquisadora revelou-se uma estratégia eficaz. Nesse processo, o aluno assume um papel ativo na construção do próprio conhecimento, tornando-se corresponsável pelo seu aprendizado.

As estratégias de ensino são centrais nas concepções pedagógicas dos educadores, visando tornar as práticas educacionais mais eficientes. Entre as metodologias discutidas, destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), uma abordagem científica comprovada, conforme demonstrado no estudo de Benitez et al. (2021). A pesquisa estruturou dados quantitativos e qualitativos sobre a aplicação da ABA no desenvolvimento das competências sociais dos alunos, concluindo que a intervenção baseada em técnicas concretas de manejo comportamental favoreceu a inclusão, validando empiricamente o método.

Para implementar essas práticas, professores e agentes educacionais relataram o uso de recursos comuns que facilitam o processo de ensino-aprendizagem para alunos com TEA. A revisão dos estudos também apontou a relevância dos recursos digitais de comunicação e informação,

destacando seu papel no acesso ao conteúdo, na motivação e no aprendizado dos estudantes, proporcionando um ambiente educacional mais inclusivo e dinâmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos que embasaram este estudo, conclui-se que a formação profissional do Acompanhante Terapêutico (AT) ainda carece de maior delineamento na literatura científica. Além disso, destaca-se a necessidade urgente de regulamentação legal dessa profissão, considerando seu crescimento contínuo e sua relevância essencial para a inclusão de indivíduos que necessitam de apoio no desenvolvimento de habilidades básicas para a vida diária.

É importante ressaltar que os estudos analisados representam apenas um recorte das pesquisas disponíveis sobre o papel do AT no processo de inclusão escolar de alunos com TEA. Essa delimitação se deve à seleção das bases de dados, aos critérios específicos adotados e aos descritores utilizados na revisão.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do conjunto de palavras-chave analisadas, a fim de proporcionar uma caracterização mais precisa do AT no contexto escolar, considerando que foram identificadas diversas nomenclaturas para essa função ao longo dos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, A. S., Flores-Mendoza, C. E., & Gontijo, D. F. (2009). Evolução do DSM quanto ao critério categorial de diagnóstico para o distúrbio da personalidade antissocial. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58(4), 258-266.

Araujo, Á. C., & Lotufo Neto, F. (2014). A nova classificação americana para os transtornos mentais: O DSM-5. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(1), 67-82.

Ayub, P. (1996). Do amigo qualificado ao acompanhante terapêutico. *Infanto Rev Neuropsiquiatr Inf Adolesc*, 4(2), 37-40.

Barros, I. B. R., Melo, M. F. V., & Carvalho, G. M. (2013). A relação entre ecolalia-linguagem e sujeito no autismo: Um estudo de caso. *Revista FSA*, 10(1), art. 14, 244-263.

Benitez, P., Paulino, V. C., Oliveira Jr., A. P., Domeniconi, C., & Omote, S. (2021). Atitudes sociais de agentes educacionais em relação à inclusão e à formação em análise do comportamento aplicada. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, e0125, 477-492.

Bezerra, G. F. (2020). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: A problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 26(4), 673-688.

Brasil. (2012). *Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012: Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista*. Brasília.

Cabral, C. S., & Marin, A. H. (2017). Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. *Educação em Revista*, 33(e142079), 1-30.

Caneda, C. R. G., & Chaves, T. M. L. (2015). A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular. *Aletheia*, (46), 142-158.

Costa, C. L., & Marrocos, R. (2011). Síndrome de Asperger: Entrevista à revista inteligência-julho 2010. *Polêm!ca*, 10(4), 606-612.

Fleira, R. C., & Fernandes, S. H. A. A. (2019). Ensinando seus pares: A inclusão de um aluno autista nas aulas de Matemática. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, 33(64), 811-831.

Freitas, A. L., Manguiera, A. C. S., & Marques, E. C. S. (2014). O papel do pedagogo no desenvolvimento da criança autista no centro de referência municipal de inclusão para pessoa com deficiência (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

Guedes, M. L. (1993). Equívocos da terapia comportamental. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto v. 1, n. 2, ago. Disponível: Recuperado em 19 de dezembro 2010

Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: Uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(supl. 1), s3-s11.

Marco, M. N., & Calais, S. L. (2013). Acompanhante terapêutico: caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3), 4-33.

Martins, A. G., Silva, Y. C., & Catelan-Mainardes, S. C. (2010). Uma visão sobre a síndrome de Asperger. In *V Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica* (pp. 1-4). Centro Universitário de Maringá, Maringá, Paraná.

Mayer, P. C. M., et al. (2019). Professor auxiliar e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Educação Especial*, 32, 1-20.

Munayer, A. C. (2018). A causa autista: Ativismo de pais de autistas na internet (Dissertação de Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos). Universidade FUMEC, Belo Horizonte.

Nascimento, V. G., Silva, A. S. P., & Dazzani, M. V. M. (2015). Acompanhamento terapêutico escolar e autismo: Caminhos para a emergência do sujeito. *Estilos da Clínica*, 20(3), 520-534.

Nogueira, A. B. (2009). O acompanhamento terapêutico e sua caracterização em Betim e Belo Horizonte. *Psicologia em revista*, 15(2), 204-222.

Nunes, D. R. P., Azevedo, M. Q. O., & Schmidt, C. (2014). Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, 26(47), 557-572.

Papim, A. A. P., & Sanches, K. G. (2013). Autismo e inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo (Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia). UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, Lins-SP.

Santos, J. O. L., Sadim, G. P. T., Schmidt, C., & Matos, M. A. S. (2021). O atendimento educacional especializado para educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 102(260), 99-119.

Silva, M. C., Arantes, A., & Elias, N. C. (2020). Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-15.

Souza, A. C., & Silva, G. H. G. (2019). Incluir não é apenas socializar: As contribuições das tecnologias digitais educacionais para a aprendizagem matemática de estudantes com transtorno do espectro autista. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, 33(65), 1305-1330.

Tamanaha, A. C., Perissinoto, J., & Chiari, B. M. (2008). Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de Asperger. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 13(3), 296-299.

Tristão, K. G., & Avellar, L. Z. (2014). Acompanhantes terapêuticos na Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil: quem são e o que fazem? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 533-544.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO.

Zamignani, D. R., & Wielenska, R. C. (1999). Redefinindo o papel do acompanhamento terapêutico. Em: R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Orgs.) *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: ARBytes Editora, 1999, p. 157-165.